

LUZ FUX

2ª EDIÇÃO

REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

MANDADO DE SEGURANÇA



SUMÁRIO

1. Evolução histórica	1
1.1. Generalidades.....	1
1.2. Direito comparado.....	4
1.3. Evolução no Direito brasileiro	9
1.4. Considerações sobre a inexistência de <i>vacatio legis</i>	24
2. Conceito	27
3. Natureza jurídica	31
4. Condições da ação	35
4.1. Legitimidade das partes	37
4.1.1. Legitimidade ativa no Mandado de Segurança	38
4.1.2. Legitimidade ativa das pessoas jurídicas de Direito Público.....	41
4.1.3. Legitimidade passiva no Mandado de Segurança.....	42
4.1.3.1. Indicação equivocada da autoridade coatora e a teoria da encampação	48
4.1.4. Ministério Público.....	51
4.1.5. Litisconsórcio.....	53
4.1.6. Intervenção de terceiros	56
4.1.7. <i>Amicus curiae</i>	58
4.1.8. Terceiro prejudicado e substituição processual.....	62
4.2. Interesse de agir.....	63
4.2.1. Atos administrativos	66
4.2.2. Atos judiciais.....	67
4.2.3. Atos legislativos e lei em tese	71
4.2.4. Mandado de Segurança e o devido processo legislativo....	76
4.2.5. Lei inconstitucional.....	77

4.3.	Direito líquido e certo e ilegalidade ou abuso de poder	78
4.3.1.	Ato disciplinar	81
4.3.2.	Ato de dirigente de estabelecimento particular.....	81
4.3.3.	O Mandado de Segurança e os atos de gestão na Lei n.º 12.016/2009	82
4.3.4.	O cabimento do Mandado de Segurança contra omissão nos casos em que se admite interposição de recurso administrativo com efeito suspensivo	85
5.	Competência	87
5.1.	Generalidades	87
5.2.	A competência no Mandado de Segurança	88
5.3.	Competência originária	88
5.4.	A competência e a delegação de função federal.....	94
5.5.	<i>A perpetuatio jurisdictionis</i>	95
5.6.	Competência estadual e dos Juizados Especiais	95
5.7.	Competência recursal e recurso ordinário	97
6.	Procedimento	99
6.1.	Generalidades	99
6.2.	Fase postulatória	100
6.3.	Requisitos da petição inicial	102
6.4.	Desistência do Mandado de Segurança	108
6.5.	Prazo para o ajuizamento da ação mandamental – decadência	112
6.5.1.	Constitucionalidade de prazo legal para exercício de mandado de segurança	113
6.5.2.	A contagem de prazo no Mandado de Segurança	114
6.5.3.	Prazo para o Mandado de Segurança contra ato omissivo	118
6.6.	As provas admitidas e o Mandado de Segurança	122
6.7.	O Mandado de Segurança e o processo eletrônico	125
6.8.	Citação das partes	125
6.9.	A tutela provisória e o Mandado de Segurança	127
6.10.	Caução	132
6.11.	Perda da eficácia da liminar	133
6.12.	A recorribilidade do provimento sobre a liminar.....	136

6.13.	Suspensão da liminar ou da segurança	138
6.13.1.	Legitimidade para requerer a suspensão de liminar.....	140
6.13.2.	Do cabimento de suspensão de liminar no âmbito do Supremo Tribunal Federal.....	142
6.13.3.	Cabimento de suspensão de segurança contra decisões definitivas	143
6.13.4.	Procedimento da suspensão de liminar ou segurança	144
6.14.	Resposta do réu	147
6.15.	Estabilização da demanda.....	148
6.16.	Notificação da autoridade coatora e ciência da pessoa jurídica de Direito Público	149
7.	Sentença e acórdão no Mandado de Segurança	153
7.1.	Natureza da sentença.....	156
7.2.	Limites dos efeitos da sentença	158
7.3.	Responsabilidade pelo descumprimento de sentença concessiva do Mandado de Segurança	159
7.4.	Notas sobre a mandamentalidade das decisões judiciais.....	162
7.5.	Coisa julgada	164
7.5.1.	Generalidades	164
7.5.2.	Coisa julgada no Mandado de Segurança	166
8.	Execução	169
8.1.	Generalidades.....	169
8.2.	Execução no Mandado de Segurança.....	170
8.2.1.	Execução de pedido declaratório ou constitutivo	174
8.2.2.	Execução para entrega da coisa	174
8.2.3.	Execução de obrigações de fazer e não fazer	176
9.	Recursos	179
9.1.	Generalidades.....	179
9.2.	Recursos no Mandado de Segurança	182
9.2.1.	O Mandado de Segurança e a ordem dos processos nos tribunais.....	184
9.2.1.1.	Apelação	184
9.2.2.	Duplo grau obrigatório de jurisdição	186
9.2.3.	Recurso Ordinário Constitucional.....	188
9.2.4.	Recurso Especial e Recurso Extraordinário	189
9.2.5.	Embargos de divergência	195

9.2.6.	Agravo.....	196
9.2.7.	A técnica de complementação de julgamento colegiado	198
10.	Honorários advocatícios – descabimento	201
10.1.	Generalidades.....	201
10.2.	Os honorários e as ações de segurança	202
11.	Mandado de Segurança Coletivo	203
11.1.	Generalidades.....	203
11.2.	Condições da ação	207
11.2.1.	<i>Legitimatío ad causam</i>	211
11.2.2.	Legitimidade ativa no <i>mandamus</i> coletivo	211
11.2.3.	A legitimidade dos partidos políticos.....	214
11.2.4.	A legitimidade das organizações sindicais, entidades de classe e associações.....	215
11.2.5.	A legitimidade do Ministério Público	220
11.2.6.	A legitimidade da Defensoria Pública.....	221
11.2.7.	Legitimidade passiva no <i>mandamus</i> coletivo	221
11.3.	Interesse de agir.....	222
11.4.	Competência.....	222
11.5.	Aspectos procedimentais	222
11.6.	Desistência do pedido	223
11.7.	Sentença e coisa julgada	225
11.7.1.	A limitação territorial da coisa julgada	228
11.8.	Litispêndênciã entre ação coletiva e ação individual e entre mandados coletivos	229
	Anexo I – Lei n.º 12.016, de 7 de agosto de 2009	231
	Anexo II – Quadro comparativo	237
	Jurisprudência do STJ – Mandado de Segurança	249
	Jurisprudência do STF – Mandado de Segurança	427
	Bibliografia.....	543